



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica Segurança de Barragens

Parecer nº 5/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

Referência: 59000.013824/2022-14

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Proposta de Moção aos Fiscalizadores de usos múltiplos

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção, aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, que apresenta recomendações às entidades fiscalizadoras de segurança de barragens de acumulação da água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, para promoverem avanços no completo cadastramento das barragens sob sua jurisdição, para aprimorarem a coleta de dados e a complementação de informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, e para avançarem na comunicação e na promoção de campanhas de esclarecimento sobre a importância da regularização de barragens e do cadastro completo dos empreendimentos.

DA PROPOSTA

2. A proposta de moção às entidades fiscalizadoras de segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos, no que se refere ao cadastramento de barragens e de complementação de seus dados, teve origem no parecer elaborado sobre o Relatório de Segurança de Barragens - RSB 2018 e sua necessidade vem sendo reafirmada pelas análises realizadas sobre os RSBs dos anos subsequentes.

3. Conforme deliberação do Plenário do CNRH, a elaboração das moções propostas no Parecer sobre o RSB 2018 deveriam ser desenvolvidas pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB em processos específicos. A CTSB, então, constituiu grupo de trabalho que apresentou a proposta de moção anexa, que foi debatida e aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

4. Na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, a proposta de moção ao Congresso Nacional foi aprovada

por todos os membros da CTSB presentes, sem alteração do texto original elaborado pelo GT RSB 2021.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”.

ANEXO

MINUTA

MOÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE XXX DE 2022 (Aos fiscalizadores de segurança de barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico)

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013824/2022-14, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente;

Considerando que a Política Nacional de Segurança de Barragens possui entre seus objetivos coligir informações que subsidiem o gerenciamento da segurança de barragens pelos governos;

Considerando que foram mapeados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico mais de 170 mil espelhos de água artificiais (massas de água) com área maior do que 5 hectares e que o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens possui cerca de 22,6 mil barragens cadastradas;

Considerando que o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens deve coletar, armazenar, tratar, gerir e disponibilizar para a sociedade as informações relacionadas à segurança de barragens em todo o território nacional e não apenas sobre as barragens submetidas à Lei nº 12.334, de 2010;

Considerando o diagnóstico, realizado a partir do Indicador de Completude da Informação do Relatório de Segurança de Barragens, do exercício 2021, de que somente 16% das barragens cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens se encontram na faixa ótima relacionada à quantidade de dados disponíveis, de que cerca de 57% das barragens cadastradas não possuem informações suficientes para definir se a barragem é ou não submetida à Lei nº 12.334, de 2010, e de que esse déficit de

informação se concentra nas barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico;

Considerando que a fiscalização da segurança de barragens cabe à entidade que outorga o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.334, de 2010;

Considerando que as ações de fiscalização têm papel fundamental na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, cujo principal objetivo é garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a fomentar a prevenção e a reduzir a possibilidade de acidentes ou desastres e suas consequências;

Considerando a Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012, e suas alterações, que estabelece, entre outros, diretrizes para o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens; e

Considerando a Resolução CNRH nº 230, de 22 de março de 2022, que estabelece diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos.

RESOLVE :

Recomendar aos fiscalizadores de segurança de barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, que:

I - avancem, com a devida urgência, para atingir o completo cadastramento das barragens sob sua jurisdição, considerando, inclusive, o mapeamento das massas de água artificiais realizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico ou outro em maior escala de detalhes que esteja disponível;

II - aprimorem a coleta de dados e a complementação de informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, buscando sempre a faixa ótima do Indicador de Completude da Informação, avaliando a possibilidade de realização de chamamento público e de utilização de incentivos aos empreendedores para a regularização de barragens e o fornecimento de informações;

III - avancem na comunicação e na promoção de campanhas de esclarecimento dos empreendedores sobre a importância da regularização de barragens e do cadastro completo dos empreendimentos;

IV - promovam debates internos para o estabelecimento de um plano de ação para a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência.

Em data da assinatura de 2022

CRISTIANE BATTISTON
Coordenadora do GT-RSB2021

LICIANA ALICE PEIXOTO

Relatora do GT-RSB-2021

LUIZ GUSTAVO FORTES WESTIN

Coordenador da CTSB/CNRH

CRISTIANE FERNANDA DA SILVA

Relatora da CTSB/CNRH



Documento assinado eletronicamente por **LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 15:46, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Fernanda da Silva, Relator(a)**, em 24/08/2022, às 16:08, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gustavo Fortes Westin, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 18:58, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Collet Battiston, Coordenadora-Geral**, em 26/08/2022, às 17:27, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3887952** e o código CRC **32746665**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

17ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 04 de novembro (das 09 às 12h)

Link de acesso à reunião: [Clique para ingressar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Aprovação da memória da 16ª Reunião da CTAL.
3. Análise da proposta de resolução que dispõe sobre os novos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. Processo SEI 59000.012647/2022-41
4. Análise de proposta de moção direcionada ao Congresso Nacional, no que se refere à estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013846/2022-76.
5. Análise de proposta de moção direcionada aos fiscalizadores de segurança de barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013824/2022-14.
6. Análise de proposta de moção direcionada aos Comitês de Bacias Hidrográficas. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013847/2022-11.
7. Análise de proposta de moção direcionada aos Governos Federal, Estaduais e Distrital Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013848/2022-65.
8. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 8/2022/CTAL/CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.013824/2022-14

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que requer a recomendação às **entidades de fiscalização** de segurança de barragens de acumulação de água, em suma, o avanço do cadastramento das barragens sob sua jurisdição; o aprimoramento da coleta de dados e a complementação de informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens; o avanço na comunicação e na promoção de campanhas sobre a importância da regularização de barragens e do cadastro completo dos empreendimentos; assim como a promoção de debates internos para o estabelecimento de um plano de ação para a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência.

2. A matéria é originária da Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, que na 21ª reunião, em 09 de agosto de 2022, discutiu o mérito e aprovou a proposta de moção, conforme Parecer nº 4/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR. O processo foi então submetido a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, que avaliou os aspectos legais e de forma da minuta apresentada.

3. Assim, segue as considerações, bem como o texto expresso da moção para apreciação do plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), para “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 17ª reunião, realizada por meio virtual, em 04 de novembro de 2022, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, que requer a recomendação às entidades de fiscalização de segurança de barragens de acumulação de água, em suma, o avanço do cadastramento das barragens sob sua jurisdição; o aprimoramento da coleta de dados e a complementação de informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de

Barragens; o avanço na comunicação e na promoção de campanhas sobre a importância da regularização de barragens e do cadastro completo dos empreendimentos; assim como a promoção de debates internos para o estabelecimento de um plano de ação para a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência.

5. Nesta ocasião, a coordenadora da Grupo de Trabalho RSB-2021, Cristiane Battiston, relatou as motivações que levaram à proposição em tela, bem como esclareceu que a proposta de moção em análise está bem fundamentada e que busca viabilizar a promoção dos avanços dos cadastramentos das barragens para que seja aprimorado a coleta, o manuseio e a manutenção dos dados no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

6. Passando ao aspecto legal, a matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pois está disposto na [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e no Decreto nº 10.000/2019 o direito/dever de se estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#)

7. A forma jurídica adotada está adequada. É regimental o uso da moção quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e a do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), conforme o art. 8º, inciso II, da [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#).

8. Quanto à redação da minuta de moção, o documento está alicerçado em **nove** considerandos que traz, em suma: a importância da infraestrutura das barragens, constituindo proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente; o reforço da razão da Política Nacional de Segurança de Barragens; a necessidade de atualização das informações constantes no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens; o dever do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens em coletar, armazenar, tratar, gerir e disponibilizar para a sociedade as informações relacionadas à segurança de barragens em todo o território nacional; a necessidade de informações qualitativas e quantitativas a fim de reduzir a desinformação do sistema para definir se a barragem é ou não submetida à Lei nº 12.334, de 2010; a competência da entidade que concede a outorga em realizar a fiscalização; o objetivo da fiscalização; bem como o teor das resoluções do CNRH nº 144/2021 e 230/2022; a fim de garantir maior segurança ao desenvolvimento para o setor.

9. Considerando o atendimento ao aspecto legal e de forma, a CTAL/CNRH aprovou, por unanimidade, a proposta de moção que requer ao Congresso Nacional a avaliação pelo estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos financeiros para a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e defesa civil nessas esferas.

10. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma, finalidade, objeto e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

CONCLUSÃO

11. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentado na sequência deste parecer.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

ANEXO

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº __, DE __ DE __ DE 2022.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela [Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010](#), e pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013824/2022-14, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente;

Considerando que a Política Nacional de Segurança de Barragens possui entre seus objetivos coligir informações que subsidiem o gerenciamento da segurança de barragens pelos governos;

Considerando que foram mapeados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico mais de 170 mil espelhos de água artificiais (massas de água) com área maior do que 5 hectares e que o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens possui cerca de 22,6 mil barragens cadastradas;

Considerando que o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens deve coletar, armazenar, tratar, gerir e disponibilizar para a sociedade as informações relacionadas à segurança de barragens em todo o território nacional e não apenas sobre as barragens submetidas à Lei nº 12.334, de 2010;

Considerando o diagnóstico, realizado a partir do Indicador de Completude da Informação do Relatório de Segurança de Barragens, do exercício 2021, de que somente 16% das barragens cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens se encontram na faixa ótima relacionada à quantidade de dados disponíveis, de que cerca de 57% das barragens cadastradas não possuem informações suficientes para definir se a barragem é ou não submetida à Lei nº 12.334, de 2010, e de que esse déficit de informação se concentra nas barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico;

Considerando que a fiscalização da segurança de barragens cabe à entidade que outorga o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, conforme disposto no art. 5º, da Lei nº 12.334, de 2010;

Considerando que as ações de fiscalização têm papel fundamental na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, cujo principal objetivo é garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a fomentar a prevenção e a reduzir a possibilidade de acidentes ou desastres e suas consequências;

Considerando a Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012, e suas alterações, que estabelece, entre outros, diretrizes para o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens; e

Considerando a Resolução CNRH nº 230, de 22 de março de 2022, que estabelece diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos;

RESOLVE :

Recomendar às entidades de fiscalização de segurança de barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, que:

I - avancem, com a devida urgência, para atingir o completo cadastramento das barragens sob sua jurisdição, considerando, inclusive, o mapeamento das massas de água artificiais realizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico ou outro em maior escala de detalhes que esteja disponível;

II - aprimorem a coleta de dados e a complementação de informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, buscando sempre a faixa ótima do Indicador de Completude da Informação, avaliando a possibilidade de realização de chamamento público e de utilização de incentivos aos empreendedores para a regularização de barragens e o fornecimento de informações;

III - avancem na comunicação e na promoção de campanhas de esclarecimento dos empreendedores sobre a importância da regularização de barragens e do cadastro completo dos empreendimentos;

IV - promovam debates internos para o estabelecimento de um plano de ação para a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 14/11/2022, às 15:17, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
4012603 e o código CRC **4329027A**.

